

Até quando o duplo emprego?

Por TEIXEIRA E CASTRO

Milhares de pessoas estão no desemprego e a perspectiva que se desenha para a solução deste angustiante problema não é de modo nenhum favorável.

A crise requer soluções profundas, e estas terão certamente que surgir quando muitas coisas se modificarem, porque são elas essencialmente as causas directas da não criação de postos de trabalho.

É evidente não ser fácil desatar tão emaranhado e complexo nó, já que para o tornar mais envolvente contribuem os retornados das ex-colónias, os militares que ali serviram, as baixas reformas e ainda uma certa alergia a um dado tipo de trabalho criado pela noção classista dos portugueses.

Mas com discursos e planos

que não passam do papel, aquilo que é hoje mau, será amanhã, forçosamente, muito péssimo.

O mal, sem serem extirpadas as raízes, vai alastrando e dentro em pouco mais uns milhares de portugueses estão no desemprego, porque haverá de contar com os que abandonam o estudo, porque concluídos os cursos, ou desistentes, e se lançam na procura da venda da força de seu trabalho.

Uma planificação estrutural

— Conclui na página 4

Texto da Exposição

mandada pelos Jornais, reunidos em Guimarães no dia 26 de Julho, a Sua Ex.º o Primeiro Ministro, através da Associação da Imprensa - Não-Diária

Senhor Primeiro Ministro:

Foi com a mais esperançosa expectativa, que a Imprensa Regional tomou conhecimento da formação e tomada de posse do 1.º Governo Constitucional da alta e digna presidência de V. Ex.ª.

Tudo se processou democraticamente, tudo, aliás lógico, para a livre e independente Imprensa da Província, nem sempre compreendida e frequentes vezes hostilizada e perseguida durante o consulado «gonçalvista».

Mas longe de experimentar uma sensação de alívio, a Imprensa Regional vive apavorada pelo que irá suceder-lhe a partir do próximo dia 1 de Agosto.

O COMÉRCIO DE GUIMARÃES

SEMANÁRIO REGIONALISTA
Publicação às sextas-feiras

Director
SOUSA MACHADO

Preço avulso 3\$00
— AVENÇA —

O TOJO

No mato, assim de rojo,
Não sabe lisonjear...
É misantropo, o tojo...
Dá flor, sabe florir
Prova que sabe amar.
Somente lá fingir
Não sabe, nem mentir
Pare agradar
Seus bicos ela enrista
No matagal, daninho?
É certo, estão à vista...
As almas verdadeiras
Não são como as rosas
A flor não esconde o espinho
Lindo tojo silvestre
Fôssemos nós assim...
Dás flor, és ruda, és mestre,
Cresce no meu jardim.

G. J.

UMA ANEXAÇÃO CONDENÁVEL

Por AGOSTINHO PIZARRO

Não vou falar de Timor nem da sua inevitável anexação pela Indonésia, porque acerca da descolonização, creio ter dito o essencial: disse pouco, mas no meu entender, creio ter dito tudo...

Tenho um grande defeito de nascença que é ser terrivelmente teimoso mas que, por experiência própria nas variadas fases da minha vida, tenho notado que deixa de ser defeito para se tornar numa virtude preciosa. É por esta razão que, uma vez mais, me proponho escrever sobre um tema com vieta às diplomacias portuguesa e espanhola. E faço-o no propósito de alertar o povo português e o Governo, que entre os muitos e variados problemas há um — que não está certamente na agenda governamental — de extrema gravidade e até bastante melindroso, mas que é tempo de se procurar resolver.

E só não terá resolução condigna se os nossos governantes se escusarem a prestar-lhe a atenção que há bastantes anos carece, por receio à responsabilidade de uma eventual crise política nas relações luso-espanholas. Mas não há que recear, até porque o facto é do conhecimento geral das nações, muito especialmente, das que intervieram no Congresso de Viena, onde a Espanha foi condenada a devolver a Portugal a sua cidade de Olivença, o que até à data ainda não fez.

Não pretendemos, de modo algum, criar complicações que possam levar a uma ruptura nas boas relações que nos ligam ao país vizinho. E não é pecado ou crime pretendermos o que muito justamente é nosso.

Sabemos que a paciência foi sempre uma das grandes virtudes do povo lusitano, que já noutras

Conclui na página 3

AO CORRER DA PENA...

O Programa do Governo

Do Programa do Governo fazem parte medidas importantes que o país espera ver concretizadas para caminhar para um futuro melhor, sem abstrações ilusórias, mas bem assentes na realidade.

Uma dessas medidas, é a renovação do Código Administrativo que tanto complicou a vida administrativa e serviu de obstáculo às necessidades e aspirações dos municípios. O centralismo a que foi sujeita a existência das autarquias, foi a peia que travou o desenvolvimento e o progresso das cidades e dos concelhos.

Guimarães que o diga.

Outra das medidas que interessam de sobremaneira, é a Instituição das Regiões que a Constituição determina. Com esta nova divisão administrativa, os municípios adquirem novas possibilidades que o actual sistema distrital contrariava no sentido da inteira subordinação a que estavam sujeitos.

Nisto, a cidade e concelho, viram as suas aspirações e necessidades relegadas de uma forma revoltante.

O novo Hospital Distrital de Guimarães

O Senhor Primeiro Ministro referiu-se na sua exposição do Programa do Governo, à construção de hospitais dentro de dois a quatro anos. O Hospital de Guimarães figura entre os quatro primeiros a construir.

Esta notícia congratula esta cidade, visto que ao longo tempo que aguarda esse novo hospital e as mudanças de posição que disfrutou em consequências de intenções alheias — daquelas que sempre têm impedido a satisfação de necessidades, mesmo esta

CONCLUI NA PÁGINA 3

REPAROS DA SEMANA

Caminhos do futuro

Portugal tem de percorrer os difíceis caminhos do futuro, mas com a esperança (diríamos, antes, a certeza), de ir até ao fim e colher os louros da vitória.

A vitória tem de ser construída por todos nós, para que a todos pertença também o prémio justo de a conquistar. Os caminhos são novos — são os ca-

minhos da democracia, que levará ao socialismo.

Uma nova era se desenha nos horizontes deste país e na vida do povo português, infeliz até ao ponto de ser hoje considerado dos mais atrasados da Europa e do mundo.

E' preciso recuperar o tempo perdido.

E' preciso dar aos portugueses trabalho, pão e justiça. Cultura e o reconhecimento dos direitos essenciais do homem.

Nos caminhos do futuro não haverá, não poderá haver mais, lugar para as injustiças, para a opressão, para a miséria e a fome.

Portugal tem o direito de ocupar um lugar digno no concerto das nações.

Cumprir ou não

A Imprensa é necessária a todos os empreendimentos. Não apenas como força estimulante,

Conclui na página 2

Breves reflexões

Mais uma vez se provou a saciedade que as Gualterianas são festas do povo e para o povo. Ele lhes dá a sua alegria efusiva, o seu entusiasmo, a sua irrequietude e toda a graça que só a alma verdadeiramente popular contém.

As festas são uma pausa necessária nos trabalhos árduos da vida, nas preocupações do dia-a-dia, nas cansaças de sempre.

Depois delas, temos de frente as nossas responsabilidades, as exigências sociais, o desafio à nossa capacidade de trabalho.

Conclui na página 3

Texto da Exposição mandada pelos Jornais a Sua Ex.^a o Primeiro Ministro, através da Associação da Imprensa - Não-Diária

Reparos da Semana

(Conclusão da 1.ª pág.)

Conclusão da página 1 que vigoraram até 31 de Maio 1975 se cifram na incrível percentagem de MIL POR CENTO:

b) E também não vai pedir ao Governo um subsídio de 30,1% para aquisição de papéis, quando requisitados directamente das empresas às fábricas nacionais ou às firmas importadoras e portanto sem passar pelos Armazenistas, já teriam, logicamente e sem favor, esse mesmo ou quase igual desconto.

A Imprensa Regional quer continuar a ser livre e a ser independente. Os subsídios que nesse despacho se lhe atribuem ferem a sua tradicional dignidade, pois ela pretende continuar a defender desinteressadamente a Ordem Democrática e a Ordem Pública; a Liberdade e o Trabalho; as regiões onde se encontra inserida, sem exaustos bairristas há muito ultrapassados e o Todo Nacional, que é a nossa Pátria, incentivando actividades para a criação de riqueza pelo trabalho porfiado do binómio empresa-trabalhador, porque ambos são trabalhadores, como V. Ex.^a desassombadamente o afirmou.

O que a Imprensa Regional quer, é continuar a servir o País, insurgindo-se contra todas as manifestações de intolerância e ódio sem o que ela julga não ser possível construir aquele Portugal Novo que todos esperamos do 1.º Governo constitucional e de Sua Excelência o Presidente da República.

Mas sem subsídios, Senhor 1.º Ministro, apesar de não sermos jornalistas remunerados, em cujo voluntariado alguns se limitam a uma remuneração simbólica, apesar de ser no jornalismo que ocupam mais de metade do seu tempo útil.

Pelo referido despacho a Imprensa Regional é constrangida a andar de papéis na mão pelas Repartições de Finanças e pelas Estações dos Correios, com cópias de balanços que não tem, dado que em matérias de contas ou contabilidade ela se limita a pagar a féria, com extrema dificuldade, ao pessoal da sua tipografia, se a tem, ou ao pagamento às oficinas onde são impressos os seus jornais:

E quando a receita chega — e isso só acontece a um escassa minoria! — já todos se consideram muito felizes.

Mas sempre independentes, sempre livres, sempre a defender os interesses do povo Português, quer a nível regional, quer sob o aspecto Nacional.

Senhor Primeiro Ministro:

A partir da próxima segunda-feira, 2 de Agosto, os C. T. T. exigem de nós o pagamento a dinheiro das avenças pelos preços actuais e o pagamento, através de duodécimos, das treze mensalidades que decorreram desde 1 de Julho de 1975, cujo pagamento a crédito foi uma solução temporária que se ficou a dever à nossa e à insistência da nossa Associação e à compreensão dos nossos problemas por parte dos senhores ministros das Comunicações e dos Trans-

portes e da Comunicação Social, enquanto não se encontrasse a solução definitiva. Os Jornais não serão, pois, mais aceites a partir da próxima segunda-feira sem uma avença a dinheiro que custará para um jornal com o peso de 20 a 50 gramas o preço de \$50! Ora esses jornais pagavam pelas tarifas que vigoravam até 31 de Maio de 1975, (peso de 50 gramas) a taxa de \$05, tarifa que baixava para \$02,5 se se tratasse de tiragens superiores a 10 000 exemplares.

No primeiro caso estamos perante um agravamento de DEZ VEZES MAIS, (\$05 para \$50). E no segundo, de SEIS VEZES MAIS (\$05 para \$30). Mas nos de maior tiragem e volume (peso superior a 20 gramas) cuja avença era de \$02,5, a diferença atinge a enormidade de VINTE VEZES MAIS! (de 02,5 para \$50).

Terá sido esse o grau de inflação da vida portuguesa? Bem sabemos que os C. T. T. não são hoje pertença do Estado para serem empresa pública da maior e muitas vezes esquecida utilidade pública.

Isto é inoportuno, Senhor Primeiro Ministro e a Imprensa Regional, reconhecendo, embora, que tudo encareceu, não se furta ao pagamento do justo e o justo é a percentagem média da nossa inflação que não atingiu os 100%.

Estamos prontos a pagar o dobro com a reposição actualizada, da tarifa de impressos privilegiados, instituída pelo Primeiro Governo da República Portuguesa e agora, sessenta e cinco anos volvidos, abolida pela empresa Pública Correios, Telégrafos e Telecomunicações.

Chamam de fascista e de reaccionária à Imprensa Regional Portuguesa e ela ousa perguntar, Senhor Primeiro Ministro, quem é na verdade reaccionário e fascista, se ela, se pelo contrário os C. T. T.?

Argumentam os C. T. T. ser muito trabalhosa a manipulação de um jornal nos seus serviços.

Mas trabalhosa como, se os jornais saem das suas administrações já distribuídos: tantos atados para Lisboa-1, 2, 3, etc.; tantos para o Porto, tantos para Coimbra, tantos para as freguesias, tantos para o estrangeiro, estes cintados?!

A manipulação está a ser e custeada pelos próprios jornais!

Acrescente-se, Senhor Primeiro Ministro, que também é exigência dos C. T. T. não aceitar as avenças, estas a dinheiro, sem a regularização simultânea das treze mensalidades em débito.

Por tudo isto se impõe o estudo sereno para uma solução definitiva e justa do nosso momentoso problema que deveria a nosso ver e dada a sua relevância, ser discutido na Assembleia da República.

E' o que, com os nossos mais respeitosos cumprimentos e protestos de simpatia, vimos solicitar a V. Ex.^a, ordenando aos C. T. T. que defendem os seus interesses nas costas do povo, instituindo tarifas incríveis, a suspensão imediata das

de estudo e de crítica. Mas, também, de propaganda.

Qualquer empreendimento que não tenha a colaboração da Imprensa, não pode usufruir uma projecção que lhe é sempre necessária. Deste modo, as iniciativas têm uma interpretação quase nula nos sectores públicos, até a nível local. Morrem, em limites estanques, a sua génese e as realidades incidentes da sua criação. A Imprensa estimula, analisa, fomenta e critica. E leva longe os acontecimentos e os factos que interessam à vida das comunidades.

Se não se conhece a Imprensa neste ou naquele acontecimento, é frustrar um êxito e condenar ao fracasso os trabalhos desenvolvidos.

Temos um caso recente nesta cidade, tão lamentável que não vale a pena estarmos a apontá-lo...

Estas palavras vêm apenas a propósito dum reparo que nos foi possível no decorrer das «Gualterianas»: nem toda a Imprensa diária deu às festas a atenção que elas e a terra merecem. Houve lamentáveis excepções. Se não estamos em erro, um grande diário, muito conceituado no país e nesta cidade, pelo seu prestígio e valor, não inseriu os relatos das festas como sempre o fez.

E' evidente que estas falhas dão aso a comentários, que nos parecem justos e naturalmente acicatam as sensibilidades gême-bundas...

Assim, não.

Haverá motivos razoáveis para tal procedimento? Pois, então, venham a público as causas, seja contra quem for.

Prometerecumprir

Desfralda-se aos ventos de todos os quadrantes, o pendão da justiça social.

E' necessário, evidentemente, realizar a justiça social. Que esta promessa não seja vã nem demagógica.

Que se implante a justiça social, com verdade, com direitos assegurados, sem violências nem traumatismos. Que a todos os portugueses que trabalham e são úteis à sociedade e à Pátria, seja distribuída a justiça social por que aspiram e a que fazem jus.

instruções transmitidas a todos as suas Estações.

Para sacrifício nosso e lucro dos C. T. T. basta o modo e o preço escandaloso porque está a processar-se a péssima cobrança dos recibos dos assinantes, pouco se empenhando para que a cobrança seja efectuada, devolvendo, por sistema, os recibos com a nota de «Avisado não pagou».

Receba V. Ex.^a Senhor Primeiro Ministro as nossas mais respeitadas saudações democráticas.

Guimarães, 26 Julho de 1976. Pelos 21 jornais presentes da vasta região compreendida entre Douro e Minho:

Os Delegados:
Antonino Dias Pinto de Castro — «Notícias de Guimarães»; e José Casimiro da Silva — «Estrela da Manhã» — V. N. de Famalicão.

Nenhuma política se poderá enobrecer se não der a este conceito a amplitude e a profundidade que mister se torna reconhecer.

No anterior regime abusou-se desta «bandeira demagógica»... Distribuição de riqueza, de justiça, etc., e, no entanto, foi o que se viu.

Agora também se fala muito em justiça social para os trabalhadores.

Oxalá assim seja.

Se, assim não for, o futuro jamais será aquilo que todos desejamos: de paz, de progresso, de bem-estar, na melhor das opções políticas — o socialismo.

Disse Mário Soares que não queríamos um socialismo de miséria. Pois, não. Vamos todos a trabalhar para que assim não seja, reestruturando com vigor a economia abalada, mas dando a cada um o que merece e a que tem direito.

Para quem tem ilusões...

De uma crónica de Santos Ribeiro, em «O Primeiro de Janeiro»:

«A situação económica em Espanha agravou-se nos últimos tempos, sendo considerada a mais sombria desde os anos trinta. Este panorama, é claro, está directamente ligado ao que se passa noutros países capitalistas, onde a crise avança avassaladoramente. E' pois a crise de um sistema. Em Espanha, aos reflexos dessa crise mais geral há que acrescentar as particularidades da sociedade espanhola, as suas estruturas anquilosadas e retrógradas, a crescente dependência em relação ao estrangeiro.

De Janeiro a Setembro de 1975, por exemplo, os investimentos directos em Espanha atingiram 24 000 milhões de pesetas. Deste total, 74% eram norte-americanos. Aliás, mais de cinco mil empresas instaladas no país vizinho são filiais de multinacionais americanas ou por elas directamente controladas. A renovação dos acordos militares reforçou a influência dos Estados Unidos, o que levou um antifranquista a dizer que a Espanha se tornou uma espécie de porta-aviões norte-americano em posição estratégica na Europa.

O desenvolvimento capitalista proseguido pelos actuais dirigentes é traduzido numa afirmação de um ministro de Arias Navarro: «A Espanha precisa de mais 1 000 milhões de dólares de capitais estrangeiros investidos anualmente».

Por outro lado, isto não impede o Governo de Madrid de conceder facilidades à União Soviética, que dispõe de uma «base de pesca» importante nas Canárias».

Sem comentários e para quem tem ilusões...

Uma autoridade autêntica

Somos por uma autoridade autêntica e verdadeira, firme mas sem violências. Por uma autoridade que imponha ordem

e respeito, mas que saiba agir correcta e disciplinadamente. Os meios suasórios, inteligentes e correctos, são muitas vezes os mais indicados.

A autoridade é força a considerar nas sociedades civilizadas.

Quem a exerce tem de possuir o mesmo civismo e igual prudência que se exigem ao povo.

Neste campo, estamos a observar fenómenos desagradáveis que são a consequência dum situação ditatorial de quarenta e oito anos de fascismo e dum sistema repressivo que originou em todo um povo colapsos psicológicos por vezes de consequências irreparáveis. Quer dizer que nem sempre o povo sabe aceitar um «princípio de autoridade» por precaridade cívica e educativa e nem sempre também quem possui responsabilidades tem alguma inteligência e bom senso para o fazer.

Problema delicado para uns e para outros.

100 anos!

A humanitária Associação dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, vai comemorar, no ano próximo, o seu centenário!

Que magnífica realidade! Que extraordinária história haverá para contar a propósito da feliz efeméride — 100 anos!

Quantos heróis por lá passaram! E quantos valores magníficos lá se encontram!

X.

Bibliografia

«Último Livro»

de Maria da Glória Teixeira de Vasconcelos

Um livro formoso. Um livro que nos impulsiona à introspecção de nós próprios. Pedacos de ouro de prosa que nos obriga a levantar os olhos para as miríades e a auscultar os mistérios da terra fecunda, bela e misteriosa. Que nos obriga a interrogar as árvores, as flores, as plantas, as pedras, as fontes e os arbustos e a dialogar com a Natureza, a abraçar os seus elementos, com os braços e com a alma e a lançar à vida uma écloga de saudade, de fé e amor. Sobretudo, de saudade. Ainda que «para bem morrer é preciso esquecer a nossa vida».

A veneranda autora deste pequeno-grande livro tem um longo caminho da vida percorrido. E nos caminhos que percorreu, não passou. Está. Continua a estar. É ela sempre. «Caminho. Penso. Sou eu. Nunca procuro ser. Sou». E' Na admiração da opulência bela e agressiva do Marão, no murmúrio das fontes, no silêncio da noite, na solidão dos caminhos, nos penedos, na génese da filosofia humana e espiritual e na casa e nos passos desse imortal poeta-irmão Teixeira de Pascoaes — vivo, presente, grande, que bem merece o epitáfio — que não é — dos grandes que não acabam — «apagado de tanta luz que deufrio de tanto calor que derramou». E S. João de Gátão tem no seu cemitério pequenino um Grande que podia estar nos Jerónimos.

D. Maria da Glória mandou-nos o seu «Último Livro» com uma amável dedicatória. E' um escrito de beleza, de amor e saudade. A verdade de quem afirma: «Caminho sozinha por esses montes e sinto que vivo. Vivo a vida que os outros não souberam viver». A verdade de quem sente na alma, no coração, nos nervos, a emoção das realidades longevas.

S. M.

Ao correr da pena...

—Conclusão da página 1

de saúde!—que dos primeiros lugares em ser edificado, passou para além do décimo lugar, por obra dos espíritos que tudo mandavam naqueles ominosos tempos...

Confia Guimarães na voz do Governo, como espera que o projecto da artéria que ligará a via rápida, desde o Salgueiral à Codeceira que serve igualmente o novo Hospital, seja aprovado e concretizado pelo benefício que resulta de acesso e comunicação aos serviços daquele estabelecimento de saúde.

Medidas sobre o trânsito

Sobre o problema do trânsito, o Programa do Governo, refere-se à criação de zonas urbanas centrais que serão interditas ao automóvel.

Guimarães, é uma dessas cidades que carece dessa medida em virtude das suas más condições urbanas e à sua grande falta de vias envolventes, para desviarem a incidência do trânsito das ruas centrais. A abertura dessas artérias é uma necessidade imediata com o fim de solucionar este problema.

Dentro deste espírito, chamamos a atenção de quem de direito para o caso seguinte:— está em vias de obras a única rua que liga a urbanização da Quinta às ruas de Francisco Agra e Senhora da Conceição— um dos erros palmares dessa urbanização. Essa nova artéria deve ser considerada como uma via de desvio do trânsito da parte central, ao ser prolongada até à Madre-de-Deus. Por essa razão, essa artéria tem de ser suficientemente ampla para não ser considerada como mais uma ruela a dificultar o movimento de tráfego. Estão já a construir-se prédios à margem dessa nova artéria. Se desde já não se exigir que essa nova via tenha a largura suficiente, levando em conta a circunstância de ela se transformar naquilo que hoje a cidade precisa—elementos de desvio do tráfego, a lacuna que se sofre continua a persistir.

A cidade está saturada de movimento acelerado. Dias há na semana que as horas de ponta, começam às nove horas da manhã e acabam às 21 da noite, nas ruas de maior trânsito. Os engarrafamentos são contínuos; os passeios estreitos, porque as ruas não são largas, e ainda o estacionamento dos carros, dificultam o próprio movimento dos transeuntes. Toda a parte central está sobrecarregada de tal circulação de pessoas e carros, que se causa surpresa aos visitantes, é um martírio para quem nela trabalha.

São de aplaudir as medidas oportunas do Governo em criar essas zonas interditas aos automóveis e mais veículos motorizados nos centros das cidades antigas e modernas, com ruas à «estado novo», porque, foi a engenharia de gabinete das obras públicas do regime anterior que ditou e impôs as ruelas que se abriram por toda a parte. E aí daquela Câmara Municipal que se atravessasse a alterar as suas ordens! Não mais veria aprovada qualquer obra que necessitasse. A este respeito está por fazer a história das medalhas de ouro que os municípios do país ofereceram— alguns sem condições para as adquirir e outras pagas pelo bolso particular dos vereadores, — só para conseguir as boas graças do ministro... Essa corrupção chegou a atingir a pouca vergonha! Deve representar uma verdadeira fortuna essa colecção de medalhas. Sabemos que uma dessas peças custou doze mil escudos e o ouro não estava ao preço actual!...

Temos de deixar aos vindouros neste e noutros casos uma ideia melhor do que aqueles que herdamos.

Só assim seremos melhores.

Uma acção que não se pode olvidar

Os Bombeiros Voluntários merecem pela sua acção, o reconhecimento de toda a gente. A sua dedicação, o seu trabalho, o seu espírito de sacrifício, são predicados que têm direito ao nosso respeito e à nossa consideração.

Neste pavoroso ano de seca, como poucos tem havido, em que mercê das condições favoráveis, rebenta fogo em qualquer parte, principalmente nos montes em que a incúria e a malvadez são as origens de incêndios que causam prejuízos de milhões de contos à economia da Nação e aos haveres particulares. Horas e dias a fio, os bombeiros labutam em os apagar à custa de sacrifícios e esforços que poucos sabem avaliar.

Tivemos de viajar recentemente por parte do Norte do país e vimos com pesar o que os fogos têm destruído. É uma verdadeira calamidade. Os árabes odiavam as árvores com medo do fogo. Os antigos enforcavam os incendiários. Entre estes dois antagonismos uma ideia se deve fixar: de cada qual se assegurar que não deve causar prejuízo a ninguém, para que ninguém os prejudique. Se este princípio não chega, então reprima-se o crime com a maior severidade. Mas salvemos as árvores que são a maior riqueza deste país e a salvação da vida humana da poluição tremenda do ar respirável.

Não esqueçamos porém o que devemos aos Bombeiros.

O humanitarismo que defendem e devotamente cumprem, não tem similar com qualquer doutrina ou ideologia que corre mundo.

O bombeiro não prejudica ninguém, não é contra ninguém. A sua acção não distingue classes, não diferencia posições. Para eles, melhor que outros, há simplesmente seres humanos que precisam de auxílio.

As suas bombas não matam ninguém e nada destroem. Não são motivo de ódios, nem de vinganças; são elementos de paz e de protecção.

A. F.

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Similares do Distrito de Braga

Secção de Guimarães

Assembleia Eleitoral

Convocatória

Nos termos do artigo 31.º alínea a) e art.º 80.º dos Estatutos, convoco todos os Associados, em ASSEMBLEIA ELEITORAL, na Sede Social desta Secção Sindical, à Rua da Rainha D. Maria II, n.º 24 desta Cidade, no dia 27 de Setembro de 1976, pelas 21 horas, para procederem à:

Eleição dos novos Corpos Gerentes para o triénio de 1976/78.

Levo ao conhecimento de todos os Associados que a Lei Eleitoral se encontra afixada na Sede desta Secção Sindical, sendo parte integrante dos Estatutos.

Informa-se que de acordo com a referida Lei Eleitoral, a apresentação das listas e dos respectivos programas de acção, deverão ser entregues e afixados 30 dias antes da Assembleia Eleitoral.

Guimarães, 11 de Agosto de 1976.

Pelo Presidente da Assembleia Geral

O Primeiro Secretário,

José da Silva Ferreira Marques.

UMA ANEXAÇÃO CONDENÁVEL

(Conclusão da 1.ª pág.)

épocas da sua história, com tal predicado, conseguiu reaver, algumas dezenas de anos depois, territórios que legitimamente lhe pertenciam e de que tinha sido esbulhado.

Aquela cidade, que é parte integrante do nosso Alentejo, não deverá permanecer, indefinidamente, sob o domínio espanhol. E porque a Espanha se tem mantido ao longo dos anos num enervante mutismo sobre o caso, pois certamente que cabe ao nosso Governo promover negociações, em termos cordiais e amistosos, de modo a levar a bom termo o imediato retorno de Olivença à administração portuguesa e para honra da Espanha ela o compreenderá.

É dever nosso não permitirmos tal continuidade, tanto mais que não há qualquer Tratado que prove a legitimidade espanhola sobre aquela Praça Forte.

Consideramos que, em boa verdade, estamos perante um problema de transcendência nacional e há que o levantar. Para isso, nos serve a inteligência dos homens nos quais delegamos para

Precisa-se terreno

— com área aproximada de 50 [60.000 mts2.

Favor dirigir-se a VITÓRIA SPORT CLUBE.

CINEMA SÃO MAMEDE

Sábado e domingo, às 15,30 e 21,30 horas—A GRANDE LUTA.

Quarta-feira, às 16,30 e 21,30 horas—UM POR TODOS, TODOS POR UM.

Quinta-feira, às 16,30 e 21,30 horas—O DIABO DENTRO DELA.

Sexta-feira, às 16,30 e 21,30 horas—ERAM TODOS FILHOS DA MÃE...

nos representar no Governo da Nação.

Obviamente, à Espanha não lhe convém abordar a questão porque anseia ver cair o assunto no mais profundo esquecimento. Mas tal não será possível, até por que nós, os portugueses, somos além de pacientes, um povo muito privilegiado em memória... e não nos esquecemos, assim tão facilmente, dos problemas pendentes que nos digam respeito e, a prová-lo, nem com o decorrer dos tempos se olvidou porque as sucessivas gerações lusas nos legaram a recomendação— que é sagrada— de, por nenhum preço, abdicarmos do direito a Olivença. Porém, se nos calarmos, o nosso silêncio pode um dia ser interpretado, embora erradamente, pelos *nuestros humanos*, como sinal definitivo de resignação à perda daquela cidade em favor da coroa do seu país.

Muito estranhei, que não houvesse um dos candidatos à Presidência da República Portuguesa, que perante o povo tivesse a coragem de colocar em foco a questão. E muito mais me admirou, ainda, dos patriotas alentejanos não se terem manifestado...

Pois bem:— Cabe a um minhoto, pelo coração, a honra do grito de arranque. Então podemos lá admitir, permaneceremos infinitamente reduzidos ao silêncio por culpa nossa quando há, na vida da nação, um problema desta ordem que nos toca o coração?

Se continuarmos nesta apatia demonstramos, falsamente, fraqueza e cobardia.

Nota-se, que a testemunhar a legitimidade portuguesa sobre Olivença, há os marcos divisórios de fronteira que jamais foram retirados... E a Espanha por que os mantém?

Pena é que este apelo não crie raiz. Por certo vai cair de novo em saco roto. E sabem por culpa de quem?

Do próprio povo!...

Comodoro Carlos Alberto Teixeira da Silva

Fez ontem anos o ilustre vimezanense, sr. Comodoro Carlos Alberto Teixeira da Silva, a quem apresentamos as nossas felicitações.

Breves reflexões

(Conclusão da 1.ª pág.)

As Gualterianas dão a esta terra o orgulho duma tradição muito nobre e muito prestigiosa.

Mantê-las, assim, ao gosto popular, é corresponder a essa tradição. E que alegria, que encanto, que beleza o povo de mãos-dadas, confraternizando desta e daquela maneira, dando largas ao seu justo prazer!

As festas têm que ser assim, com toda a exuberância popular. As festas do povo que engrandece a nação com o seu trabalho e a vivifica com a sua alegria.

Hoje choveu de madrugada. Ligeiramente. A terra está seca. Mirrada como alguém cheio de fome. Mas choveu. E a terra bebeu, sôfrega, essa água que caiu do céu. Foi pouca. Adivinhei que a terra pedia mais chuva, mais água, em torrentes capazes de a afogarem. Que ela está no estertor da sede que queima, que estiola, que seca, com este sol de fogo.

Tudo isto me faz lembrar as almas sequiosas de justiça, de pão e de paz. Estiolam. Secam. Morrem sem a frescura duma graça e sem o perfume dum perdão.

A noite vai alta. Vem aí a madrugada. Bebo a largos haustos a brisa refrigerante que me traz sussurros misteriosos do além. As miríades no Infinito esmagam-me com a sua luz. Palpita-me na alma a bemaventurança desta solidão.

J. de G.

Instalações eléctricas

EM GERAL

Reparações

por pessoal QUALIFICADO

J. MONTENEGRO, L.DA

Rua de S. Gonçalo, 1052 [68
Rua de Alcobaca, 59 [63
Telefone 42258 [9
GUIMARAES

EXIJA QUALIDADE

Oficina de Reparações Eléctricas em Automóveis e Bobinagem de Motores

Sulpício Ribeiro de Oliveira

Av. D. João IV — Telef. 42689

— GUIMARAES —

"O COMERCIO DE GUIMARAES"

está à venda no

QUIOSQUE BASTOS

Isto que se chama DESPORTO

■ O Vitória S. Clube está de luto pela morte de Zeferino Duarte, que foi um dos maiores jogadores que passaram pelo seu primeiro grupo.

Não se pode esquecer as tardes de glória que Zeferino ofereceu, mercê da sua forma de jogar. Raros jogadores tinham a qualidade de marcar livres como ele, pela força e direcção da bola. Só mais tarde, o brasileiro Caçara se lhe assemelhava.

Não morreu de velho, mas não conseguiu vencer a doença que o minava. O último jogo da vida não se vence.

Veio para o Vitória dos juniores do F. C. do Porto e aqui ficou e se fez o grande jogador que chegou a ser. Os grandes clubes desperdiçam tantas vezes esplêndidos elementos, por os ter demais. Não os fazem alinhar porque não querem substituir os jogadores habituais, para não desagradarem à massa associativa. Isso faz com que os grupos percam o serviço de futuros grandes jogadores e o futebol nacional elementos que o classificariam. Os maiores grupos têm em «armazém» um lote de homens que raras vezes emprega. Estão na reserva e disso não passam.

A determinada altura, os grandes, ainda resolveram emprestar aos menos grandes, alguns homens dessas reservas, e isso era a melhor forma de os utilizar e servir o futebol português. Mas, ao verem que a superioridade era abalada com a elevação da categoria do jogo dos clubes provincianos, desistiram desses empréstimos e o futebol, muito perdeu com isso.

O futebol e os clubes.

Tem mais interesse entre o público, um campeonato disputado entre grupos de valor equilibrado, do que aquele em que sabe de antemão quem é o vencedor. É que os clubes não vivem somente da glória de vencer, mas do produto das bilhetes.

Não se espere que o rendimento dos jogos aumente, por subir ao preço dos bilhetes. Isso não faz crescer o número dos assistentes.

A.

AVISO

Informa-se o público contribuinte de que foi publicado no Diário da República de 23 do mês corrente o Decreto-Lei n.º 596176, que permite aos executados em processo de execução fiscal efectuarem, dentro do prazo de 30 dias a contar daquele dia (2317), o pagamento das respectivas dívidas de *contribuintes e impostos* ao ESTADO, incluindo TAXA MILITAR, sem juros de mora, custas, ou quaisquer outros encargos.

Sr. Automobilista:

Não pare, nem obstrua as passadeiras. Elas pertencem aos peões.

Uma mala cheia de saudades...

Você acaba de chegar. Traz saudades dos seus, porque mesmo longe não deixou de pensar neles. E traz projectos sobre o seu futuro.

Projectos de adquirir uma casa sua. De aumentar a sua pequena indústria. De desenvolver a sua fazenda. De se lançar na construção. Recorra, pois, aos serviços da Caixa, que lhe concede grandes facilidades de crédito.

Deposite as suas economias, mesmo em moeda estrangeira, na Caixa Geral de Depósitos.

A Caixa vai lançar em breve um novo sistema de poupança-crédito, que beneficiará grandemente os emigrantes.

Confie na Caixa Geral de Depósitos. Pense na segurança do seu dinheiro e veja-o crescer...

Pense no futuro de todos os seus, agora que acaba de chegar.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



100 ANOS
1876 / 1976

Até quando o duplo emprego?

Conclusão da 1.ª página pode ainda ser remédio a atenuar o mal até se atingir por essa via a verdadeira cura.

Um dos males e não pequeno, a concorrer para o desemprego, advém da circunstância do duplo emprego. E este surge umas vezes por desmedida ambição pessoal dos que pretendem ganhar mais e mais, outras, por uma profunda necessidade económica, porque em muitos casos um só emprego não rende o suficiente

para se fazer face à vida num permanente sobe que sobe. Caso flagrante o dos reformados que mal ganham para terem a liberdade de morrer de fome.

Como quer que seja, e porque o duplo emprego é criação dos sistemas capitalistas, é necessário pôr cobro a tal situação num país que segundo a sua Constituição vai caminhar para o socialismo.

Assim, pergunta-se: até quando o duplo emprego?

Anuncie no jornal mais antigo do distrito

O COMÉRCIO DE GUIMARÃES

Propriedade de H.ª de M. Matilde C. F. Machado

Redacção, Administração, Composição e Impressão:
Rua D. João I — 59-61, Telefone, 42508 — GUIMARAES